

Recesso obriga Congresso a "limpar" pauta

Com as férias de julho ameaçadas, o Congresso começou rapidamente a limpar a sua pauta, para que os parlamentares possam entrar em recesso e, além de ver os jogos da Copa do Mundo, fazer a campanha à reeleição. Só na noite de quinta-feira o Congresso aprovou 13 medidas provisórias, algumas delas já reeditadas várias vezes. Na próxima terça-feira, uma dia após a estréia do Brasil na Copa, haverá novo esforço concentrado, para apreciação de mais de uma dezena de MPs que tramitam no Congresso.

A instalação da comissão mista que vai analisar a Medida Provisória das mensalidades escolares ocorrerá na quarta-feira. O presidente desta comissão deverá ser o senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) e o relator, o deputado Paes Landim (PFL-PI). No mesmo dia de sua instalação, a comissão especial deverá votar o mérito da Medida Provisória, uma das mais polêmicas já editadas até agora.

Entre as medidas aprovadas na quinta-feira encontra-se a que autoriza o Banco Central a contratar, sem licitação, empresas estrangeiras para impressão de novas cédulas do real, moeda que substituirá o Cruzeiro Real no próximo dia 1º. A mesma MP, agora transformada em lei, autoriza a Casa da Moeda a contratar, pelo prazo de seis meses, mais 150 trabalhadores temporários. Outra MP, a de número 505, também aprovada, permite que a União assuma dívida de US\$ 172 milhões da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) no Banco do Brasil.

O Congresso aprovou ainda Medida Provisória que concede crédito extraordinário de CR\$ 29 bilhões ao Ministério das Minas e Energia, para a recuperação de parte das 70 termoeletricas que abastecem Rondônia. A falta de energia elétrica em Rondônia é considerada tão grave que em algumas cidades o abastecimento dura apenas três horas.

A Medida Provisória nº 503, também aprovada pelo Congresso, procura encontrar soluções que diminuam as tensões sociais provocadas pela falta de regularização de várias reservas extrativistas. Esta MP abre crédito de CR\$ 1,32 bilhão ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, que deverá ser depositado judicialmente, até que se resolvam os problemas da falta de regularização das reservas.

Lloyd — Também foi aprovado pelo Congresso o projeto de conversão originado da Medida Provisória nº 499, que permite à União assumir dívida de US\$ 32 milhões da Companhia Lloyd Brasileiro com o banco Kreditanstalt für Wiederaufbau. O Senado aprovou, também na quinta-feira, projeto que permite ao servidor que exerce cargo de direção, chefia e assessoramento, optar pela remuneração do cargo efetivo, mas 55% do vencimento do cargo em comissão.

19 JUN 1994

JORNAL DE BRASÍLIA